



## **BENEFÍCIOS DO LIVRE COMÉRCIO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE TEÓRICA, HISTÓRICA E EMPÍRICA**

*Maurício F. Bento\**  
26 de Setembro de 2017

### **Resumo**

O comércio internacional vem sendo explorado e estudado por inúmeros pensadores de diversas nacionalidades, em diversos contextos, mas os resultados e conclusões vem sendo semelhantes desde o século XVIII. O presente trabalho se inicia explorando conceitos teóricos, como divisão do trabalho e especialização, e como elas se aplicam desde o nível individual, intranacional e internacional; o sistema de preços e como ele equilibra o comércio (câmbio) sem necessidade de regulações que impeçam ou dificultem exportações ou importações; vantagens comparativas e como o comércio internacional é positivo mesmo que um país seja muito mais produtivo, ou muito menos produtivo que seus pares; Em contraposição à análise dos conceitos e da teoria, a segunda parte do trabalho será composta por uma análise da evolução histórica de doutrinas econômicas populares, passando pelo Mercantilismo, baseado na acumulação de metais preciosos, até a nova era de Globalização do pós-guerra, em que o livre comércio é tratado não apenas como um promotor da liberdade e da prosperidade, como também um importante mantenedor da paz. Após a parte teórica e internacional, o trabalho se dedicará a analisar como os desenvolvimentos teóricos e históricos impactaram o Brasil e como o país se tornou e se mantém um país fechado, mesmo com o mundo tendo se movido numa direção de maior abertura.

**Palavras-chave:** Comércio internacional. Globalização. Política comercial.

### **Abstract**

International trade has been studied by countless thinkers of different nationalities, in different contexts. The results, however, have been similar since the eighteenth century. This paper begins by exploring concepts such as division of labor and specialization, and how they are applied from the individual, intranational and international levels; the price system and how it balances trade (exchange rate) without the need for regulations that prevent or hinder exports or imports; comparative advantages and how international trade is positive even if a country is much more productive, or much less productive than its peers. In contrast to the analysis of concepts and theory, the second part of the paper will be composed of an analysis of the historical evolution of popular economic doctrines, such as Mercantilism, based on the accumulation of metals, to the new postwar globalization era, in which free trade is treated not only as a promoter of freedom and prosperity but also as an important maintainer of peace. After the theoretical and international part, the work will be devoted to the analysis of how those theoretical and historical developments have impacted Brazil, and how the country became and remains a closed country even with the world moving in a direction of greater openness.

**Keywords:** International trade. Globalization. Trade policy.

## Introdução

Há uma interessante “lei econômica”, cunhada pelo economista Alan Blinder, que se chama “Lei de Murphy da Economia”. Ela diz que “os economistas têm menor influência onde sabem mais e concordam mais e têm maior influência onde sabem menos e discordam mais veementemente.”

A área de comércio internacional talvez seja uma das que mais prove a primeira parte da lei verdadeira. Segundo o professor de Harvard, Greg Mankiw, 93% dos economistas concordam que tarifas e quotas de importação prejudicam o bem-estar econômico (Mankiw, 2015). Ainda assim, quase todos os países têm medidas protecionistas, em menor ou maior grau, as quais boa parte dos economistas acreditam ser ruins.

A influência de mitos na formulação da política comercial não é algo recente. Na Grécia antiga, o governo ateniense proibia a exportação de figos por considerá-los demasiadamente saborosos para o paladar estrangeiro. A palavra grega *sykophántes*, que significava “descobridor de figos”, definia os particulares que informavam as autoridades gregas sobre os que exportavam ilegalmente o fruto (Hume, 1752). Em geral, tais informantes eram concorrentes querendo prejudicar os negócios rivais. Na França pré-revolucionária, a exportação de milho era extremamente restringida, com a justificativa de se elevar a oferta interna e supostamente prevenir a fome no país. Tais restrições diminuíam a demanda pelos produtos franceses e desestimulavam o crescimento da produção. Assim como na Grécia e na França, o preconceito econômico em relação a estrangeiros e as motivações anti-concorrenciais estão no cerne de quase todas as medidas protecionistas.

Da acumulação de metais até a criação de empregos, são muitos os mitos que se mantêm de pé ainda hoje, tendo enorme influência – maior que a dos 93% de economistas que defendem um comércio mais livre – sobre a formulação de políticas comerciais ao redor do mundo, em especial no Brasil.

Nas últimas décadas, no entanto, houve um movimento global em direção a uma intensificação das relações comerciais internacionais, observando-se um aumento significativo nas taxas de importação e exportação em países ao redor do mundo, com a intenção de gerar tanto benefícios econômicos, como prevenir conflitos como as grandes guerras. Alguns dos países que mais se aproveitaram dessa mudança estão na Europa e, ainda mais recentemente, na Ásia. Esta última também vem observando maiores taxas de crescimento econômico, em especial no que se refere àquela e aos Estados Unidos. A pesquisa empírica vem demonstrando que a estratégia asiática, voltada para os mercados globais, foi mais eficiente para se realizar o *catching-up* em relação à renda média americana que a estratégia com ênfase no mercado interno, como a do Brasil.

## 1 Do Protecionismo dos Antigos e dos Modernos

A economia moderna nasce com Adam Smith e seu tratado louvando as vantagens da divisão do trabalho, da especialização e do comércio internacional. Smith já não combatia restrições à exportação, pois a doutrina econômica dominante no século XVIII, o Mercantilismo, já via exportações positivamente. O Mercantilismo via a riqueza de uma nação na capacidade desta de acumular de metais preciosos, em especial o ouro. Para isso, os países adotavam políticas que estimulavam a exportação, restringiam a importação e buscavam manter uma balança comercial superavitária.

Adam Smith contestou essa noção de riqueza que focava no Estado-nação. Para Smith, não era a quantidade de ouro que demonstrava a riqueza de um país, mas o bem-estar do

cidadão comum, que por sua vez, se relacionaria à divisão do trabalho e especialização. Ele tinha em mente um precursor do que hoje conseguimos quantificar e chamamos de PIB *per capita* e produtividade. David Ricardo também foi outro autor que enfatizou os benefícios do comércio internacional e apontou o fato da liberdade comercial beneficiar ambas as partes. Por meio das chamadas vantagens comparativas, mesmo que um país seja muito mais produtivo que outro, eles ainda poderão trocar de forma mutuamente benéfica.

Smith e Ricardo venceram parcialmente. Hoje, ninguém mais crê que o país mais rico é aquele com maior quantidade de metais preciosos e o comércio com nações aliadas é, em regra, aceito. Crescimento econômico, PIB *per capita* e produtividade são alguns dos conceitos que fazem parte do debate entre economistas quando se comparam países ao redor do mundo. Por outro lado, os preconceitos com estrangeiros tanto na área de comércio internacional, quanto na área de investimento externo continuam a existir.

Um produto, indústria, ou grupo estrangeiros são mais facilmente criticáveis pois eles não estão no país para se defender. As políticas protecionistas que os prejudicam também são mais difíceis de serem contestadas até mesmo do ponto de vista democrático, pois os estrangeiros não fazem parte do corpo de eleitores, já as empresas beneficiadas pelo protecionismo, fazem. A medida anticoncorrencial ainda é travestida em discurso nacionalista e alega-se que elas protegem empregos no país. Considera-se o que “se vê” e desconsidera-se o que “não se vê” (Bastiat, 2010).

Se desconsidera que os impostos de importação são pagos pelos cidadãos do país, na forma de preços mais elevados pelos produtos importados, diminuindo a qualidade de vida. A retaliação, na forma de adoção de uma medida protecionista pelo país prejudicado também é desconsiderada. A medida protecionista beneficia a minoria que concorre com o produto estrangeiro, mas prejudica a maioria que consome tais produtos, além de ter um alto potencial de prejudicar os exportadores.

O protecionismo, tanto antigo quanto moderno, faz uma análise simplista e superficial da realidade econômica do comércio internacional. Eles os tratam, equivocadamente, como um jogo de soma zero entre nações e, por isso, promovem medidas que prejudicam o crescimento, o desenvolvimento e a paz.

## **2 Livre Comércio como Caminho para a Paz**

No pós-guerra, o livre comércio ganhou uma nova missão. Ele passou a ser não só um dos elementos necessários para o desenvolvimento econômico, como também um importante estímulo para a manutenção da paz entre as nações.

O Secretário de Estado dos Estados Unidos entre 1933 e 1944, Cordell Hull, teve a experiência de observar as duas grandes guerras, em especial a segunda, como secretário, e de analisar as questões que contribuíram para a culminação de ambas. Chamado de “pai das Nações Unidas” pelo Presidente Roosevelt, Hull via as tarifas comerciais como grandes inibidoras do fortalecimento da relação amistosa entre países e a guerra comercial resultante dessas tarifas como uma prévia da guerra física que se seguiria. Nas palavras de Hull (1948):

*“I saw that you could not separate the idea of commerce from the idea of war and peace. You could not have serious war anywhere in the world and expect e-commerce to go on as before. And I saw that wars were often caused by economic rivalry. I thereupon came to believe that if we could increase commercial exchanges among nations over lowered trade and tariff barriers and remove international obstacles to trade, we would go a long way toward eliminating war itself.”*

A visão de Hull explicita os fundamentos que nortearam o estabelecimento de instituições como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e, posteriormente, a

Organização Mundial do Comércio (OMC). Uma das prioridades iniciais dessa nova ordem que surgiu no pós-guerra era justamente facilitar o comércio internacional, diminuir as barreiras comerciais e desenvolver não só as relações comerciais entre os diversos países do mundo, como também intensificar os laços de amizade e evitar uma nova grande guerra.

Os dados apontam que essas instituições foram eficazes em elevar o volume do comércio internacional em quase todas as regiões do mundo e que vivemos hoje não só na era mais economicamente próspera da história da humanidade como também na mais pacífica, pois os conflitos, apesar de ainda existentes, são menores, menos recorrentes e menos duradouros que no passado.

### 3 O que Dizem os Dados

Desde 1960, quando se inicia a base de dados do Banco Mundial, o fluxo do comércio internacional no mundo aumentou significativamente. Primeiramente, contando instituições como o GATT e, posteriormente, com o trabalho da OMC, tarifas foram consideravelmente reduzidas e o comércio quase que triplicou em termos relativos.

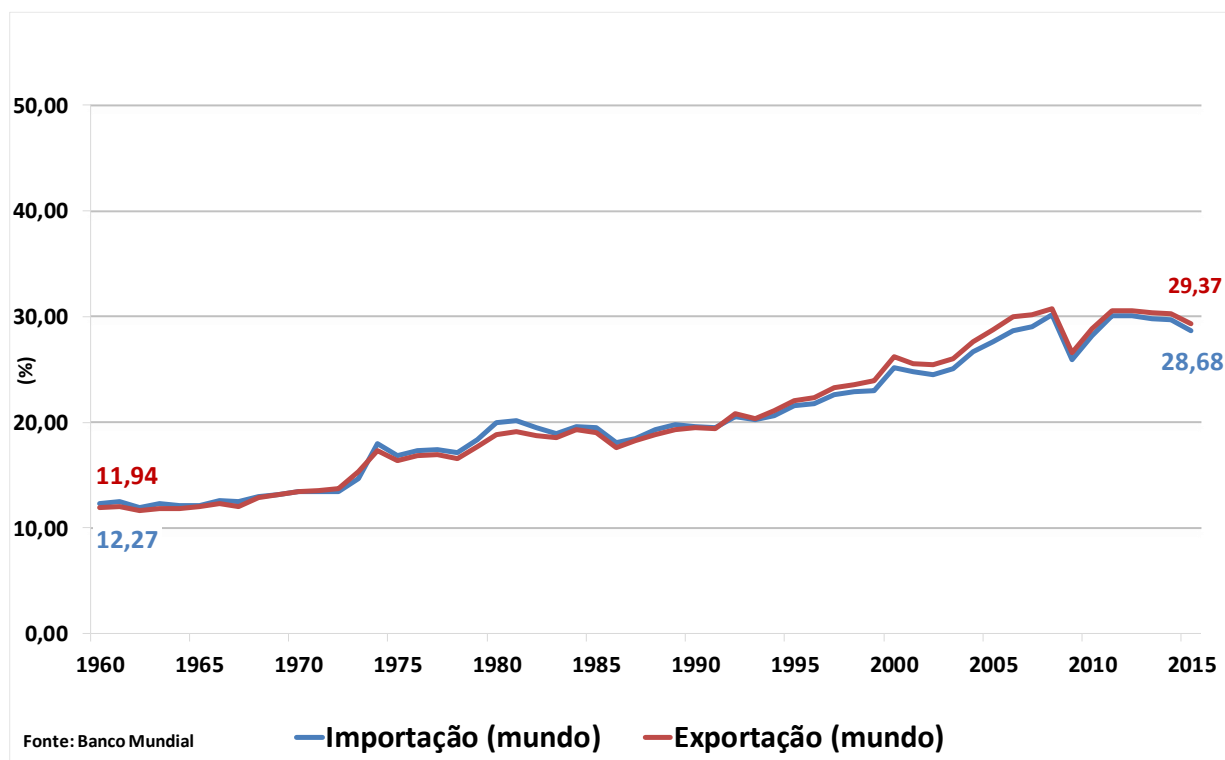
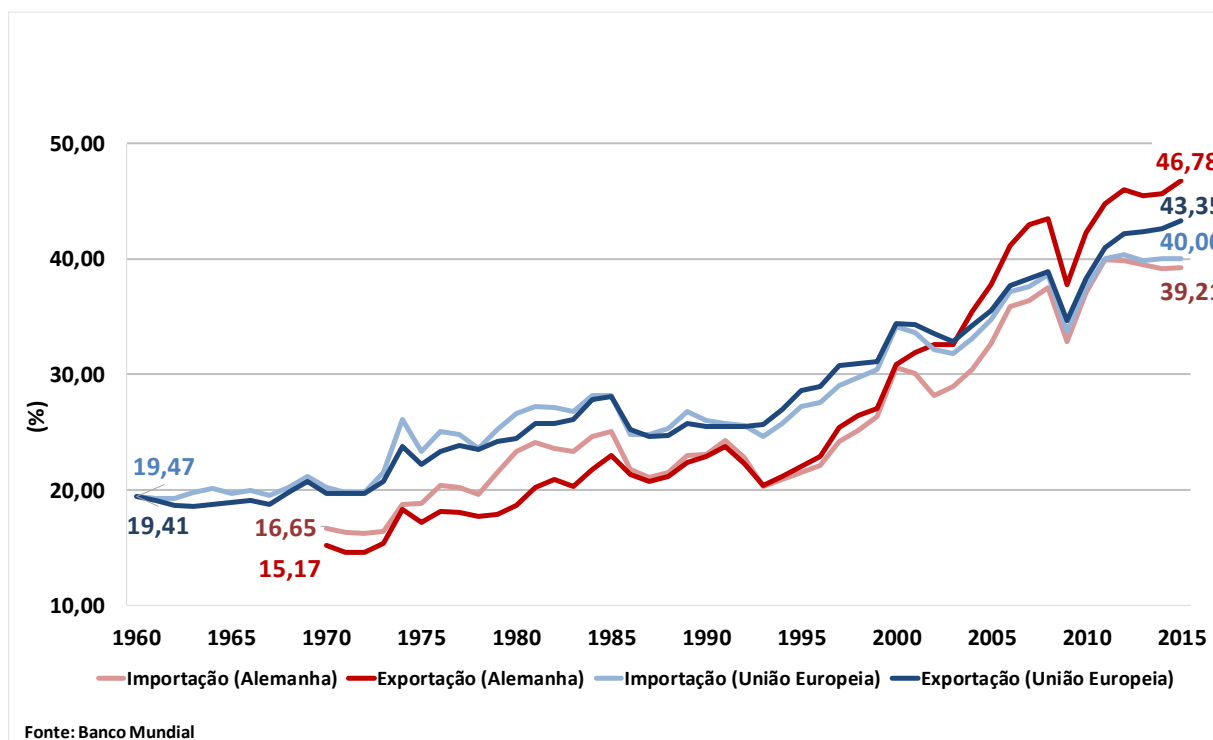


Figura 1 – Taxa de Importação e Exportação em Relação ao PIB (mundo)

Fonte: Banco Mundial, 2017

A Europa é, hoje, a região com o maior coeficiente de abertura (exportação + importação / PIB) do mundo. A União Europeia tem um coeficiente de abertura de 83,35%, o que demonstra uma forte internacionalização de sua economia. Isso está em consonância com a visão de Cordell Hull de que o comércio ajudaria a pacificar o mundo, em especial a Europa, palco principal de duas das maiores guerras da história da humanidade.

A principal preocupação de Hull, a Alemanha, hoje possui um coeficiente de abertura maior do que a média da União Europeia, com ênfase nas exportações, que superam a média da UE em três pontos do PIB. Esses três pontos do PIB significam 101 bilhões de dólares por ano, ou ainda, 1.250 dólares por alemão por ano. É importante notar que os dados para a Alemanha se iniciam apenas em 1970, dez anos após o início da série geral e, naquele ano, o país apresentava um coeficiente de abertura consideravelmente menor que o da Europa de maneira geral. A Alemanha só superou a UE no início dos anos 2000, três décadas após o início da série e apenas 1 década após a reunificação alemã que, a priori, representara uma queda nas taxas.

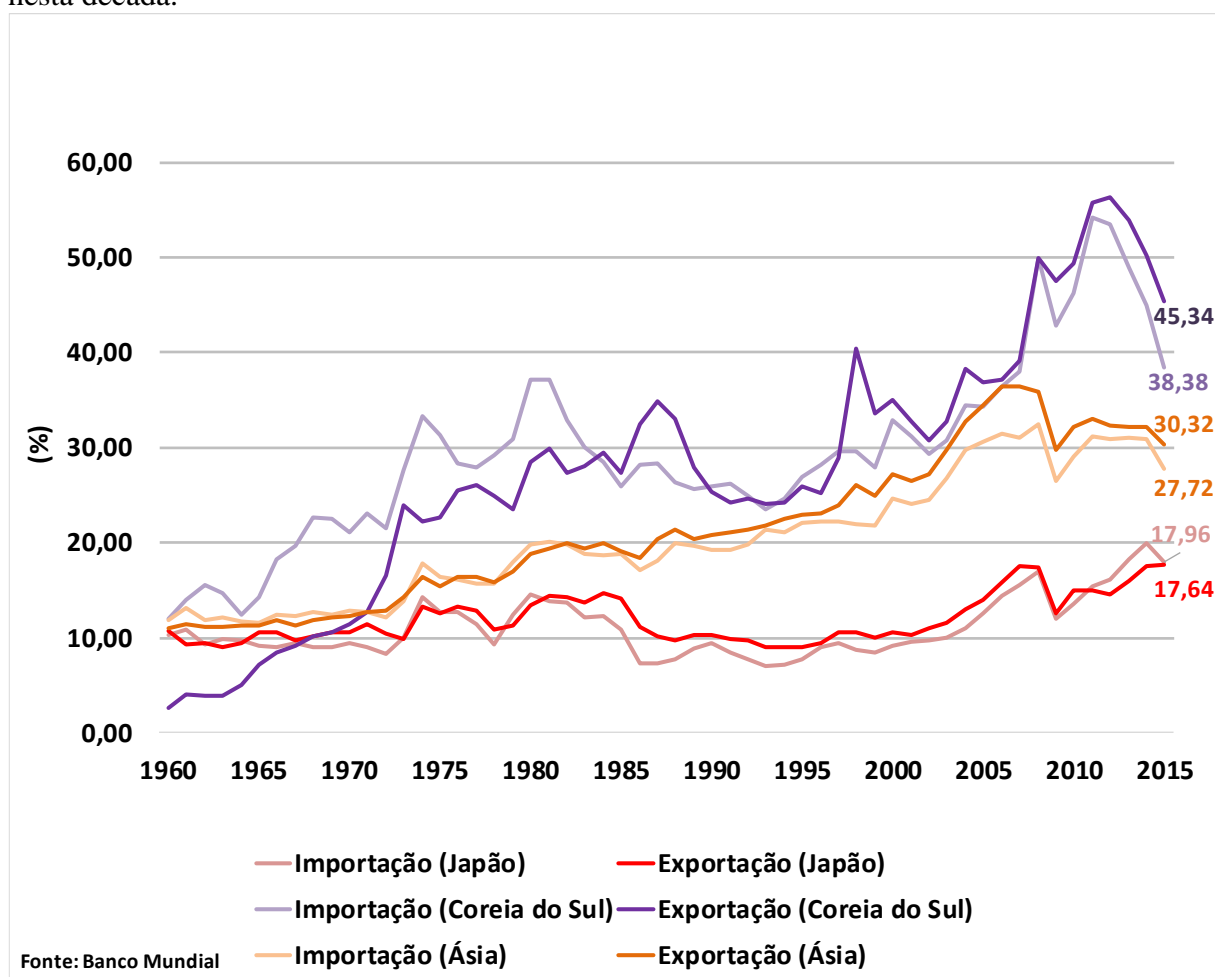


**Figura 2** – Taxa de Importação e Exportação em Relação ao PIB (Alemanha e União Europeia)  
**Fonte:** Banco Mundial, 2017

Mais recentemente, a Ásia passou a se destacar no comércio internacional, primeiramente com os Tigres Asiáticos e, posteriormente, com a China, após sua entrada na OMC no início do milênio. Além dos já citados, dois países que devem ser ressaltados são a Coreia do Sul e o Japão, aquele por ter um coeficiente de abertura muito superior à média da região e este por ter um coeficiente de abertura consideravelmente inferior.

A internacionalização da Coreia do Sul e do Japão começou na década de 1960. O Japão, de forma mais acentuada, até os anos de 1980, teve sua participação intensificada em diversos mercados, com destaque para o setor automobilístico, com empresas como Honda, Toyota e Mitsubishi, e o de câmeras, com a Nikon e a Canon superando as marcas alemãs. O Japão, entretanto, estagnou do final da década de 1980 até o início da década de 1990 e, apesar de ser uma das maiores economias do mundo, tem uma relevância proporcionalmente menor no âmbito do comércio internacional. Por outro lado, a Coreia do Sul representa o oposto. É um país pequeno se comparado a China e Japão, mas que teve uma expansão

significativa do comércio desde os anos de 1960 e que parece ter chegado em seu pico apenas nesta década.



**Figura 3 – Taxa de Importação e Exportação em Relação ao PIB (Japão, Coreia do Sul e Ásia)**  
 Fonte: Banco Mundial, 2017

#### 4 O Caso Brasileiro

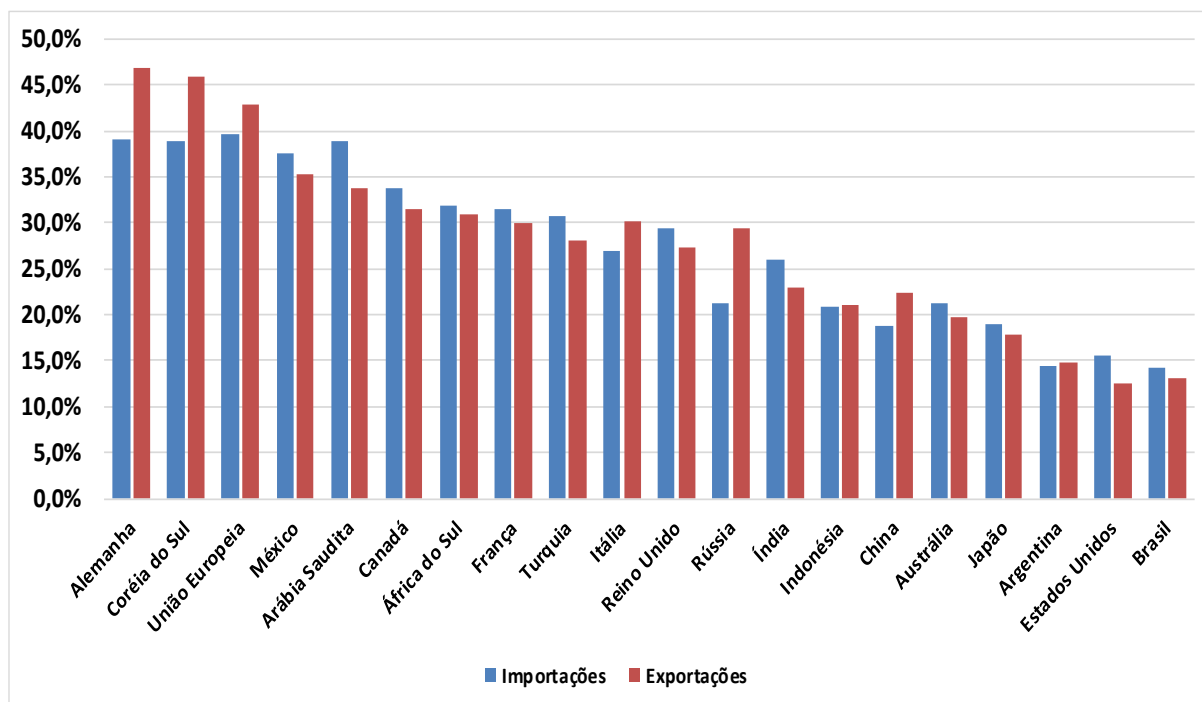
O papel do comércio internacional como um meio de se intensificar a especialização e divisão do trabalho, fazendo com que os países aproveitassem melhor suas vantagens comparativas já é explorado há bastante tempo. Mais recentemente, o caso da Coreia tem demonstrado que o comércio internacional auxilia a absorção de tecnologia, facilitando o acúmulo de capital humano e a inovação tecnológica (Sarquis, 2011).

No Brasil, a principal estratégia para a industrialização no século passado foi a substituição de importações, que funcionou para industrializar o país, mas que não teve seus limites reconhecidos, fazendo com que houvesse uma insistência exacerbada num modelo que se esgotara rapidamente (Sarquis, 2011).

Em relação ao G20, o Brasil tem o menor coeficiente de abertura, sendo, portanto, o país mais fechado do grupo. Em relação ao mapa dos coeficientes de abertura, os países que apresentam as menores taxas e, portanto, as cores mais claras, são Brasil, Argentina e Estados Unidos. Os três únicos países com uma taxa de abertura menor que 1/3 da economia.

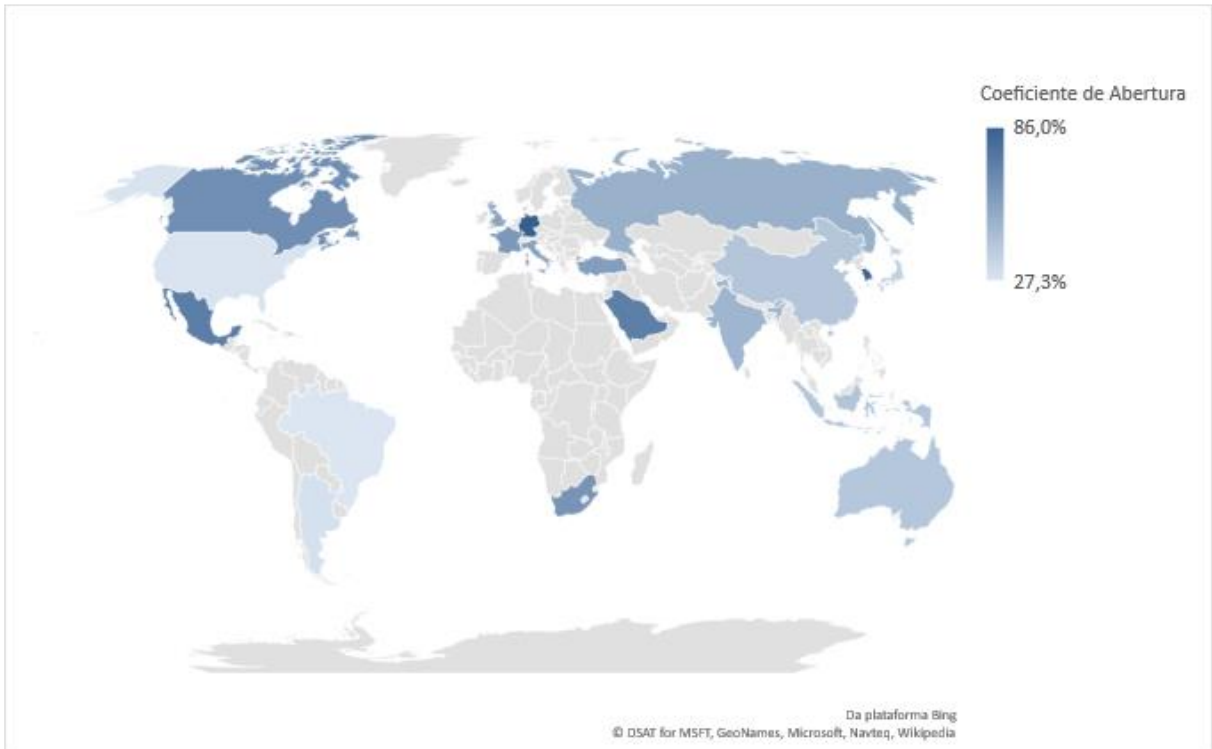
O caso dos Estados Unidos demonstra uma limitação desse índice. Ao compararmos Estados Unidos com Canadá e México, seus dois vizinhos e membros do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), percebemos que os Estados Unidos apresentam o

menor coeficiente de abertura do grupo (28,1%), enquanto Canadá e México apresentam a sexta (65,3%) e a quarta (72,8%) maiores taxas, respectivamente algo que pode ser explicado pelo fato da economia americana ser muito maior que as economias canadense e mexicana somadas. Para ilustrar, apenas o fluxo de comércio internacional americano, 28,1% de sua economia, representa 187,5% de toda a economia mexicana e canadense somadas, isto é, os EUA importam e exportam quase o dobro de tudo o que canadenses e mexicanos, somados, produzem num ano.



**Figura 4 – Taxa de Importação e Exportação em Relação ao PIB (G20)**

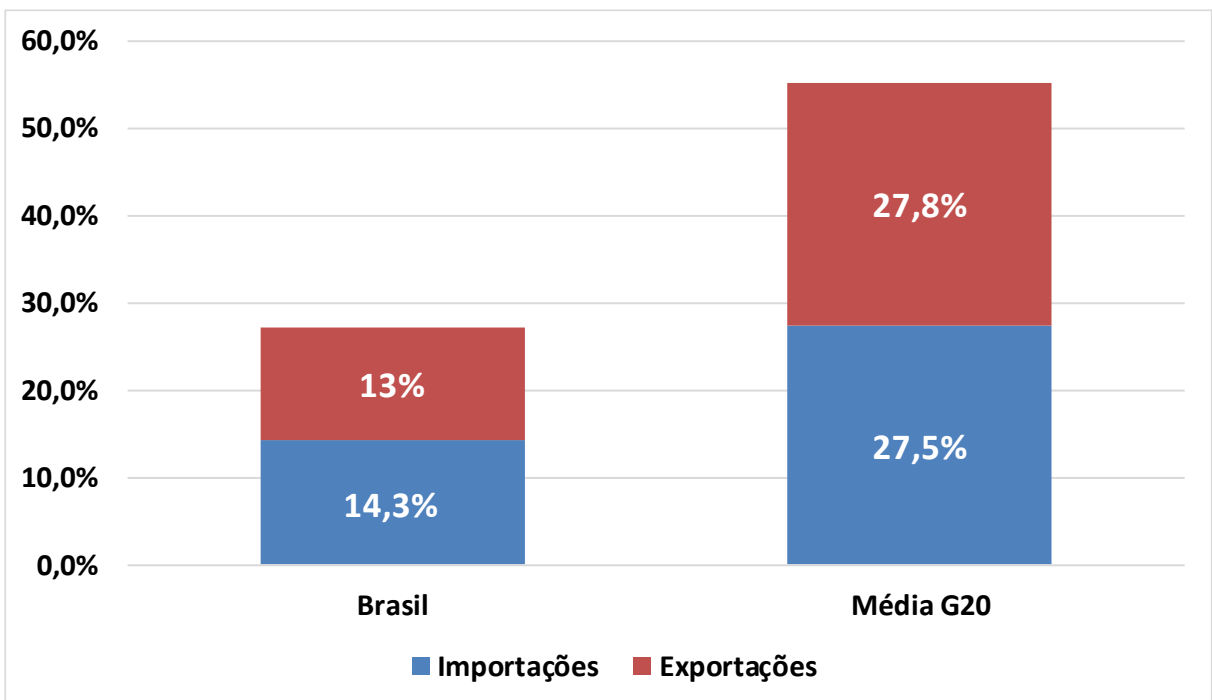
**Fonte:** Banco Mundial, 2016



**Figura 5 – Coeficiente de Abertura (G20)**

Fonte: Banco Mundial, 2016

Por outro lado, o Brasil apresenta um coeficiente de abertura muito menor que a média de qualquer grupo de que faça parte, destacadamente o G20. Em relação a este grupo, o país apresenta um coeficiente inferior à metade da média, estando em último lugar no grupo.

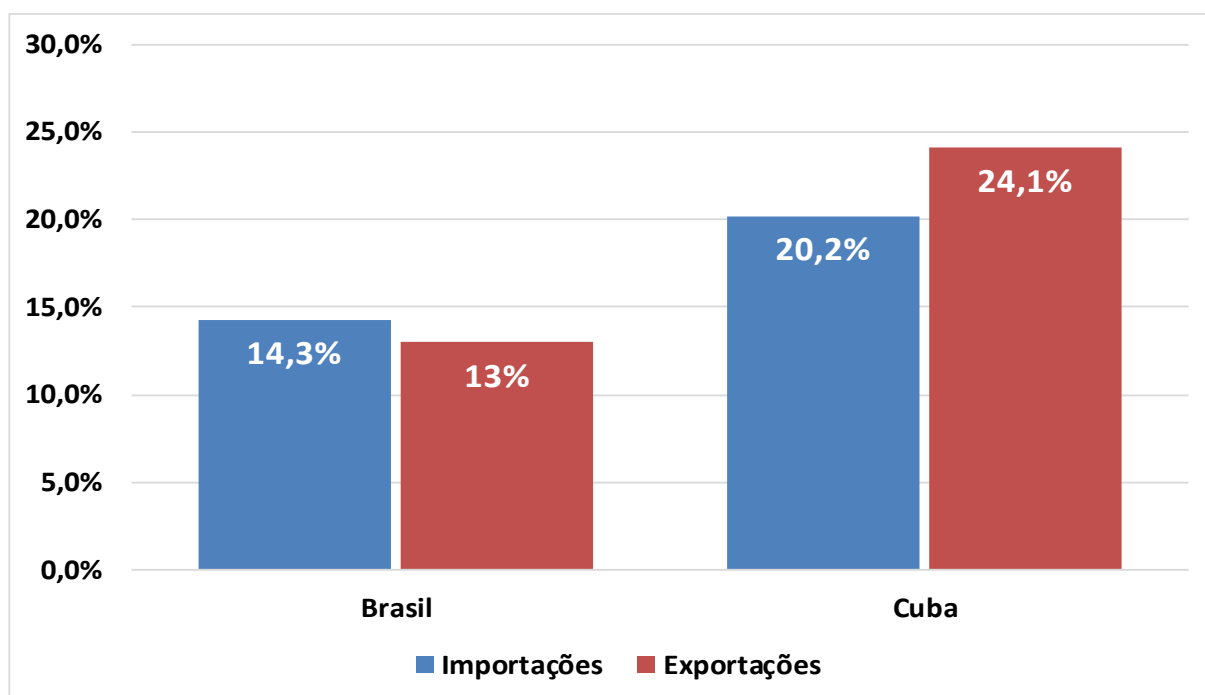


**Figura 6 – Coeficiente de Abertura / Taxa de Importação e Exportação (G20)**

Fonte: Banco Mundial, 2016

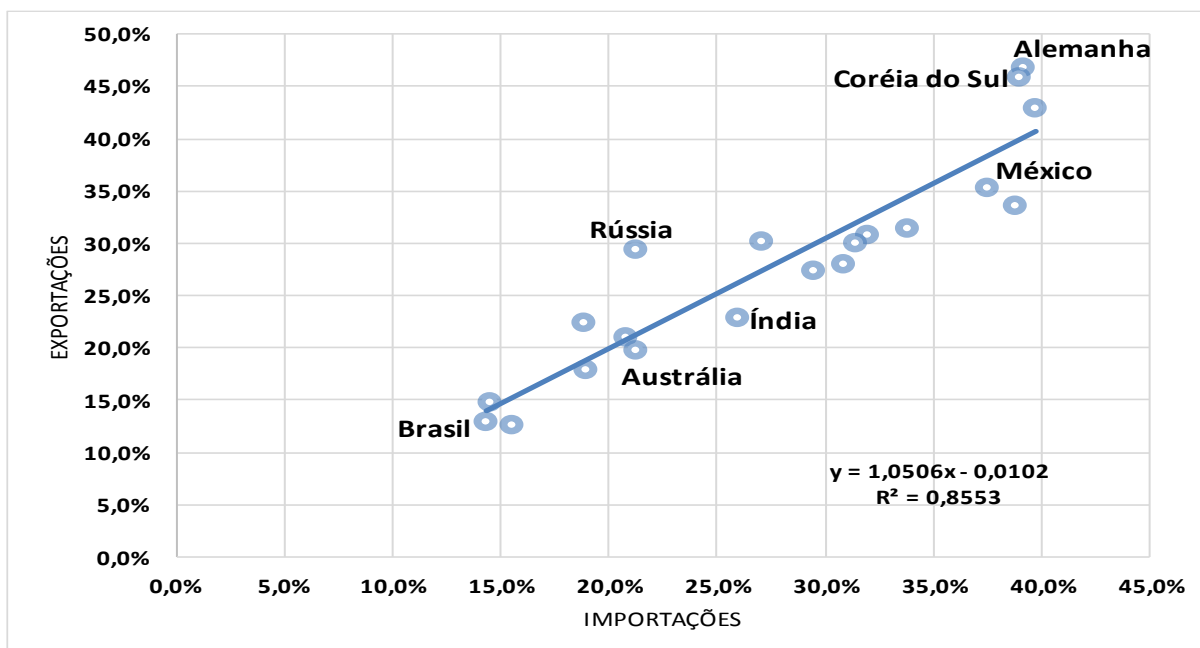


O país tem uma economia menos internacionalizada até mesmo que Cuba, um país cuja principal reclamação no cenário internacional tem sido o embargo dos Estados Unidos, vigente desde a década de 60. O Brasil tem um coeficiente de abertura menor, isto é, importa e exporta menos que Cuba, apontando que o país sulamericano tem uma política comercial curiosa que representa um auto-embargo em relação ao comércio com o resto do mundo. É salutar lembrar que, apesar do embargo ter sofrido medidas que o relaxaram a partir de 2015, os dados mais recentes para Cuba são de 2013, anteriores a tais medidas, portanto.



**Figura 7** – Taxa de Importação e Exportação (Brasil e Cuba)  
Fonte: Banco Mundial, 2016

Sarquis (2011) fala sobre a estratégia brasileira de substituição de importações e sobre sua eventual e temporária efetividade sob o ponto de vista da industrialização do país. De fato, o Brasil se industrializou consideravelmente desde os anos de 1930, atingindo o pico na década de 1980. Entretanto, tal efetividade veio com enormes custos para o erário e para o bolso dos cidadãos, tanto enquanto pagadores de impostos, como enquanto consumidores. Ademais, os dados internacionais mostram que há uma forte correlação entre taxa de importação e taxa de exportação, mostrando que a estratégia de “substituir” importações não é correta pois dificulta a transferência de tecnologia, o acúmulo de capital humano, além de impedir uma intensificação da integração econômica internacional em que os países fazem parte de cadeias de produção globais.



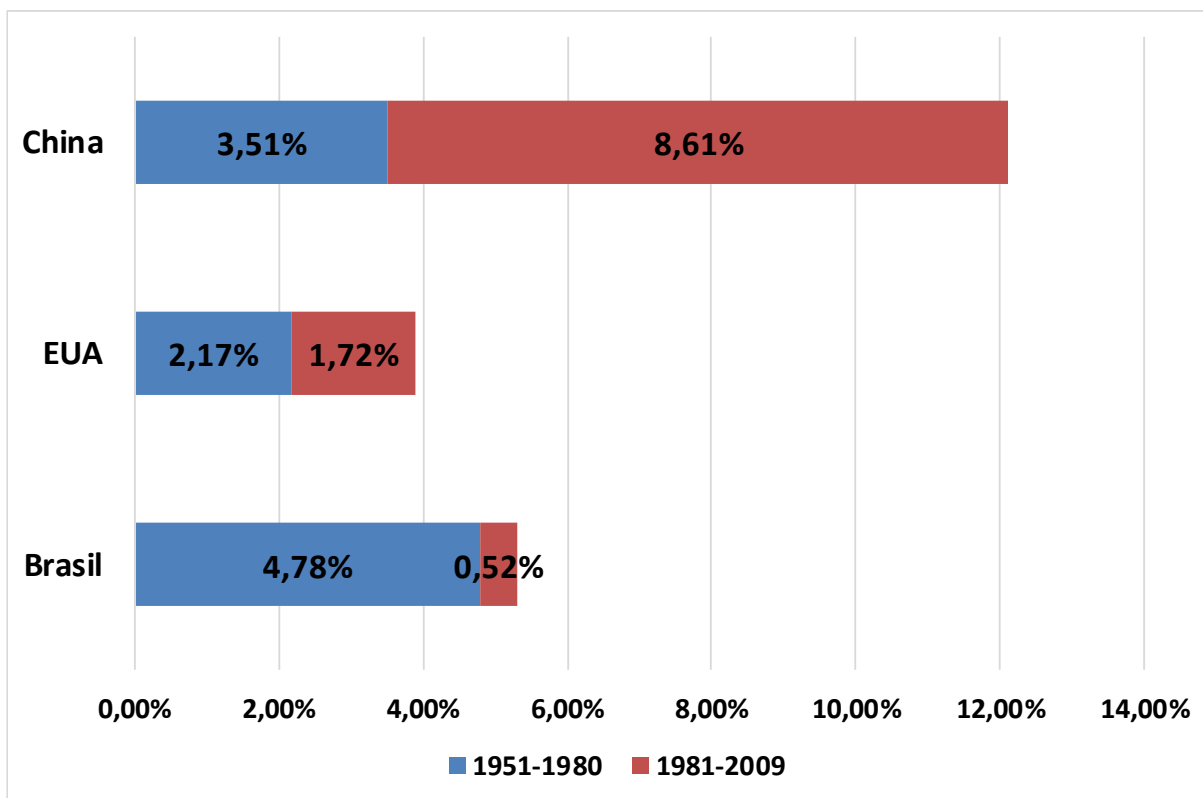
**Figura 8** – Correlação entre a Taxa de Importação e Taxa de Exportação (G20)

**Fonte:** Banco Mundial, 2016

Durante a administração de Dilma Rousseff, tal erro foi cometido de forma mais contundente, com medidas que chegaram a elevar impostos de mais de 100 produtos importados de uma única vez, além de se elevarem as cotas para insumos nacionais nos mais variados setores industriais.

Sarquis (2011) mostra que há uma forte correlação entre a elevação das importações e a elevação dos investimentos no Brasil. A elevação das importações podem explicar até 64% da variação nos investimentos. *A priori*, poderia parecer contra-intuitivo, mas como o explicado desde Smith e Ricardo, as importações facilitam a especialização e a divisão do trabalho e o melhor aproveitamento das vantagens comparativas. Hoje, sabe-se que, além disso, também facilitam a transferência de tecnologia e o acúmulo de capital humano (Coreia do Sul) e facilitam a integração dos países em cadeias globais de valor. Por fim, o aumento de medidas protecionistas por parte de um país ainda fomenta retaliação por parte dos outros, tornando qualquer tipo de ganho apenas temporário, além de impedir os ganhos permanentes apontados acima.

Os dados evidenciam que, se comparada à estratégia chinesa, a política comercial brasileira tem sido reiteradamente incompetente para que o país realize o catching-up, isto é, para que alcance os níveis de renda dos países desenvolvidos, mais notadamente a dos Estados Unidos. Apesar de ter crescido mais que os EUA no período 1951 a 2009, o progresso significativo foi realizado até os anos de 1980, a partir de então, as coisas mudaram e o país passou a ter um crescimento de renda per capita mais lento que o observado pelos nação norte-americana. Por outro lado, a China que já vinha tendo um crescimento mais rápido que o americano, mesmo nos anos de comunismo, acelerou seu crescimento a partir da mesma época.



**Figura 9** – Média de Crescimento Econômico (China, EUA e Brasil)  
**Fonte:** Penn World Table apud. Sarquis (2011)

## 5 Lições para o Brasil

Da experiência internacional, podemos tirar algumas lições para o Brasil. Da ordem do pós-guerra, podemos ver que a intensificação das relações comerciais no mundo, em especial nos Estados Unidos e na Europa, tem colaborado para a elevação da atividade econômica e para a manutenção da paz. O exemplo alemão, em especial, demonstra que o foco da produção industrial é, principalmente, para a exportação e que este país exporta a uma taxa 3 pontos do PIB superior à taxa da União Europeia. Diferentemente dos tempos da Grécia Antiga, no Brasil atual, a exportação é algo popular, já a importação é vista de forma negativa, podendo, assim, ser melhor explorada no contexto nacional. Ademais, o exemplo alemão também demonstra que para exportar muito, é preciso importar. A importação facilita a acumulação de capital e a diversificação produtiva voltada ao mercado interno e à exportação (Sarquis, 2011). Portanto, o Brasil também deve se abrir às importações.

O paradigma da economia alemã do pós-guerra é o chamado Ordoliberalismo. Sob este paradigma, o papel do governo não é o de guiar a economia, ou ser o “indutor do crescimento”, diferentemente do que foi visto no Brasil dos últimos anos. O papel do governo é o de garantir que as regras do jogo sejam propícias à economia de mercado, à competição e ao crescimento econômico (Vanberg, 2004). Do ponto de vista do comércio internacional, o ordoliberalismo alemão busca um sistema institucional que permita que a “mão invisível” de Adam Smith funcione e faça seu trabalho. Nesse sentido, ele guarda um paralelo com a “ordem espontânea” de Hayek, pois busca uma ordem econômica descentralizada em oposição à ordem econômica subordinada a uma autoridade administrativa (Vanberg, 2004).

Mais recentemente, a Ásia tem sido a região mais economicamente dinâmica do mundo e tem apresentado um crescimento rápido e aparentemente sustentável (apesar de erros presentes). Além da China despontar como segunda maior economia do mundo e o Japão como a terceira, países como Coreia do Sul e Cingapura, além de Hong Kong, realizaram uma rápida transição e hoje são considerados países de renda média-alta ou alta. O “milagre” asiático veio, em grande medida, do foco externo, para a economia global. Hoje, a região produz parte considerável dos bens industriais consumidos ao redor do mundo. Tal foco contrasta com o dado pelo Brasil, que por ter um mercado consumidor grande, se deu por satisfeito em atender uma demanda interna reprimida pelos anos de instabilidade econômica.

### **Considerações Finais**

Restrições comerciais que prejudicam o desenvolvimento estiveram presentes nos mais diversos períodos da história. Da Grécia Antiga à França pré-revolucionária e do Brasil substituidor de importações ao Brasil atual. A pesquisa empírica é incontroversa sobre os benefícios do comércio internacional para o desenvolvimento econômico e essa é uma das seletas áreas em que há grande consenso entre economistas. Os dados demonstram que tem havido uma intensificação do processo de integração econômica internacional desde o pós-guerra e os países mais bem sucedidos em tal processo hoje são líderes na economia global. O Brasil optou por uma estratégia diversa e obteve como resultado um baixo crescimento econômico e uma estagnação na produtividade. O presente artigo aponta que o país deveria buscar um caminho inspirado pela lição alemã que dá foco em instituições promotoras do crescimento econômico e no caminho asiático da abertura ao comércio internacional com foco em cadeias globais de valor.

Para Adam Smith, o fundamento da riqueza das nações é uma boa administração da justiça, ou, como dizem os economistas modernos, boas instituições. Segundo Smith (1776):

“Pouco mais é necessário para erguer um Estado, da mais primitiva barbárie até o mais alto grau de opulência, além de paz, de baixos impostos e de boa administração da justiça: todo o resto corre por conta do curso natural das coisas.”

O curso natural das coisas também guarda semelhanças com a “ordem espontânea” hayekiana e com a ordem econômica descentralizada do ordoliberalismo alemão.

O Brasil vem tentando, há décadas, o modelo do dirigismo, em que o governo escolhe os setores que serão os campeões nacionais, de frigoríficos a empreiteiras. Todavia, os dados consistentemente mostram que essa abordagem não deu certo. A continuidade e aparente imortalidade desse modelo no cenário nacional se dá, em grande parte, não porque existam pesquisas que o fundamentem, após décadas. Afinal, uma indústria de mais de meio século não pode mais ser chamada de “infante” para justificar subsídios. A continuidade se dá porque, como apontam Buchanan e Tullock (1962), os agentes públicos tomam suas decisões nos mais variados temas de políticas públicas da mesma forma que um agente o faz no setor privado: para maximizar sua utilidade. No setor privado, porém, a competição e a descentralização, além da própria “boa administração da justiça” por parte do estado, fazem com que o auto-interesse privado se transforme em benefícios públicos. É a mão invisível funcionando. Já no setor público, a maximização de utilidade se dá pela maximização de votos, doações para a campanha, ou de maiores dotações orçamentárias. Isso não está necessariamente associado a decisões corretas do ponto de vista científico.

O país deve se libertar das discussões que focam apenas no câmbio como determinante dos demais indicadores e buscar reformas que possibilitem a internacionalização da nossa economia, além de ganhos de competitividade por meio da importação de insumos e bens intermediários. As lições da Europa e da Ásia apontam na mesma direção que a teoria econômica, desde Adam Smith. Com a crise iniciada em 2014 e a enorme pressão fiscal que dificulta a concessão de mais subsídios indiscriminados, o momento talvez seja o ideal para que o país comece a adotar políticas e ideias que já funcionaram em vários países do mundo, em diferentes contextos: respeito à propriedade privada e à liberdade comercial.

Atualmente, as taxas de juros no mundo encontram-se em níveis baixíssimos, do ponto de vista histórico. Os investidores internacionais querem oportunidades de investir em países que podem dar taxas de retorno mais elevadas do que se observa nos países desenvolvidos. Nesse sentido, o Brasil seria um chamariz de capital externo, caso estivesse em condições políticas e fiscais estáveis e sustentáveis. Se o país abandonar a dispendiosa e ineficiente política de ter o Estado como dono, gestor, ou financiador da maior parte da economia e adotar uma postura reformista que melhore nossas instituições de modo a tornar o país mais aberto e competitivo, os investimentos externos virão. O foco deve ser em tornar o Brasil mais responsável e sustentável do ponto de vista fiscal e mais aberto do ponto de vista comercial, para que o país eleve suas taxas de crescimento e retome o caminho do desenvolvimento.

## Referências

- Hume, D. (1752). *Essays and Treatises on Several Subjects in Two Volumes*. Londres: A. Millar
- Smith, A. (1776). *An Inquiry into the Nature and causes of the Wealth of Nations*. Londres: W. Strahan and T. Cadell
- Ricardo, D. (1821). *On the Principles of Political Economy and Taxation*. Londres: John Murray
- Jahn, G. (1945). *Award Ceremony Speech*. Oslo: Nobel Prize website. Disponível aqui: [http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1945/press.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1945/press.html)
- Hull, C. (1948). *The Memoirs of Cordell Hull*. New York: MacMillan
- Buchanan, J. e Tullock, G. (1962). *The Calculus of Consent*. Indianapolis: Liberty Fund
- Krugman, P. (1999). *Internacionalismo Pop*. Rio de Janeiro: Editora Campus
- Mises, L.V. (2017). *As Seis Lições*. São Paulo: LVM Editora
- Vanberg, V. J. (2004). *The Freiburg School: Walter Eucken and Ordoliberalism*. Freiburg: University of Freiburg.
- Bastiat, F. (2010). *O que se vê e o que não se vê*. São Paulo: Instituto Mises Brasil
- Pio, C. (2011). *Dez Princípios de Economia Política*. Ordem Livre. Disponível em: <http://ordemlivre.org/posts/dez-principios-de-economia-politica-parte-1>
- Sarquis, S.J.B. (2011). *Comércio Internacional e Crescimento Econômico*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Lazzarini, S. G. (2011). *Capitalismo de laços. Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Mankiw, N.G. (2015). *Economists Actually Agree on This: The Wisdom of Free Trade*. New York: New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/04/26/upshot/economists-actually-agree-on-this-point-the-wisdom-of-free-trade.html>

Bento, M. (2016). *Por que o Brasil não se torna um país rico*. Brasil. HuffPost. Disponível em: [http://www.huffpostbrasil.com/mauricio-bento/por-que-o-brasil-nao-se-torna-um-pais-rico\\_a\\_21698038/](http://www.huffpostbrasil.com/mauricio-bento/por-que-o-brasil-nao-se-torna-um-pais-rico_a_21698038/)

Bento, M. (2016). *Abrir o Brasil não é Folclore, mas seria Carnaval*. Brasil. Instituto Mercado Popular. Disponível em: <http://mercadopopular.org/2016/09/abrir-o-brasil-nao-e-folclore-mas-seria-carnaval/>